

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO SOCIAL, FORMAÇÃO DE CAPITAL HUMANO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

*1 Taísa Resende de Moraes Vieir – IFTO. E-mail: taísa.vieira@ifto.edu.br. Mestre pela Universidade Federal do Tocantins- UFT PPGE-EDU
2 Marluce Evangelista Carvalho Zacariotti. E-mail: marluce@mail.uft.edu.br. Docente do PPGE-EDU – Doutora.
3 Adriano José Vieira – E-mail: vieiracol@hotmail.com - Especialista pela UNIESP*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo investiga a relação entre políticas públicas educacionais e o desenvolvimento regional, analisando como a formulação e implementação dessas políticas impactam a inclusão social, o desenvolvimento de capital humano e a redução das desigualdades. A educação é um dos principais vetores para a promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo, sendo fundamental para a construção de sociedades mais justas e economicamente dinâmicas. No contexto das políticas públicas, a atuação do Estado, aliada à participação da sociedade civil e do setor produtivo, pode influenciar significativamente a qualidade e a abrangência das ações educacionais no âmbito regional.

A pesquisa busca compreender como a interação entre diferentes atores gestores públicos, comunidade escolar, organizações da sociedade civil e setor produtivo contribui para a eficácia das políticas educacionais. Além disso, será analisado o papel do capital social e das redes de cooperação na gestão e no financiamento da educação, investigando como essas interações podem potencializar o desenvolvimento regional.

2 OBJETIVO

Analisar o papel das políticas públicas educacionais como instrumento para o desenvolvimento regional, investigando suas estratégias para a inclusão social, a formação de capital humano e a redução das desigualdades.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Levantamento e análise da literatura acadêmica e técnica sobre políticas educacionais, desenvolvimento regional e a relação entre educação e mercado de trabalho. A escolha desse recorte metodológico se justifica pela necessidade de compreender como essas políticas impactam a formação de capital humano, a inclusão social e a redução das desigualdades educacionais. A abordagem qualitativa permitirá uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam a efetividade das políticas educacionais na promoção do desenvolvimento regional, proporcionando subsídios para a construção de estratégias mais eficientes e inclusivas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento regional é um campo multidisciplinar que se sustenta em diversas abordagens teóricas sobre as interações sociais, as políticas públicas e a dinâmica dos processos econômicos. O entendimento sobre essas interações é fundamental para a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo, especialmente em contextos de desigualdade social e econômica.

A relação entre mercados e interações humanas, enfatizando que o desenvolvimento econômico não pode ser analisado de forma isolada, sem considerar as estruturas sociais que o envolvem, é destacada por Abramovay (2004), que afirma que as economias locais não são sistemas autossuficientes ou desvinculados das relações sociais que as configuram. O desenvolvimento, portanto, é um processo complexo que exige a integração das políticas econômicas com ações sociais.

Nesse sentido, a relação entre educação, políticas públicas e desenvolvimento regional pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas teóricas. Abramovay (2004, p. 42) ressalta que:

Os mercados não são instâncias autônomas de regulação da vida econômica, mas sim arenas de interação entre agentes sociais cujas decisões são influenciadas por normas, valores e instituições. (...) O desenvolvimento deve ser analisado como uma questão de transformação das estruturas sociais e não apenas como o crescimento de indicadores econômicos (ABRAMOVAY, 2004, p. 22).

Essa visão é fundamental para a análise das políticas educacionais, uma vez que estas devem ser formuladas levando em conta os aspectos sociais e culturais das diferentes regiões. Como exemplo, programas como o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e o Prouni (Programa Universidade para Todos) têm desempenhado papel relevante na ampliação do acesso ao ensino superior, contribuindo para a formação de capital humano e para a redução das desigualdades regionais. Ele afirma: “O desenvolvimento deve ser analisado como uma questão de transformação das estruturas sociais e não apenas como o crescimento de indicadores econômicos” (Abramovay, 2004, p. 22). Essa perspectiva é crucial para entender que o desenvolvimento regional não pode ser visto apenas sob a ótica da produção e do consumo, mas deve incorporar uma análise crítica das condições sociais, das desigualdades e da inclusão.

O estudo das interações entre sociedade, políticas públicas e desenvolvimento regional no contexto educacional evidencia a centralidade da educação como agente de transformação social e econômica. As políticas públicas educacionais devem ser formuladas e implementadas levando em consideração as particularidades regionais, promovendo a equidade e garantindo que todos tenham

acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

Nesse sentido, a educação não se restringe à formação acadêmica, mas atua como um instrumento de inclusão social, fortalecimento da cidadania e desenvolvimento sustentável. A teoria do capital social, defendida por Putnam (1996), destaca a importância das redes de cooperação e participação cívica para o fortalecimento das instituições e a construção de comunidades mais resilientes. No âmbito educacional, essas redes favorecem práticas colaborativas entre escolas, famílias, sociedade civil e setor produtivo, ampliando as oportunidades de desenvolvimento local e regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão das capacidades individuais por meio da educação é essencial para o desenvolvimento como liberdade, permitindo que os indivíduos exerçam maior autonomia sobre suas trajetórias de vida. Portanto, investir em políticas educacionais inclusivas e contextualizadas é imprescindível para garantir um desenvolvimento regional sustentável e equitativo.

A educação, além de ser um direito fundamental, é também um motor para a transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Sugere-se, ainda, explicitar as limitações do estudo e indicar possíveis aplicações práticas dos resultados, tornando as conclusões mais robustas e úteis para o avanço do conhecimento na área.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e ao IFTO pelo fomento e apoio na execução do projeto, que viabilizou a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo social*, v. 16, p. 35-64, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/abcd1234>. Acesso em: 16 set. 2025.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 de março de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PUTNAM, R.S. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1996.

SILVA, Mônica Aparecida da Rocha; ALMEIDA, Lia de Azevedo. Sociedade, políticas públicas e desenvolvimento: pluralidade e diálogos possíveis. Brasília: Gráfica Movimento, 2020. Disponível em: <https://repositorio.u.edu.br/handle/11612/2446>.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.